

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PDS: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Jones Nogueira Barros*
Hortêncio Mathias**

RESUMO: O presente artigo analisa a implantação do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), no município de Anapu, Estado do Pará. Região muito conhecida por conflitos agrários e de grandes desmatamentos. O PDS surge como alternativa de desenvolvimento sustentável; descentralizando volumosas terras do controle de poucos e sendo passada para uma agricultura de subsistência à família que também abastece a mesa da cidade. Demonstra-se que um novo paradigma de desenvolvimento é possível, por meio de práticas mais sustentáveis e competentes, com ações que vão além do modelo vigente, almejando chegar a um patamar ecologicamente sustentável, mas que para tanto é necessário maior empenho e parceria entre o Estado e os assentados na concessão de linhas de créditos para o desenvolvimento de suas atividades, bem como a possibilidade de fixar o trabalhador nos assentamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Sustentabilidade e linhas de créditos.

A PROJECT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – PSD: ALTERNATIVE SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE AMAZON REGION WITHIN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: The establishment of a Project for Sustainable Development (PSD) in the town of Anapu, Pará, Brazil, is analyzed. PSD in a region renowned for agrarian conflicts and huge deforestation is an alternative for sustainable development. Large land areas may be decentralized from the control of a few people and relocated to family subsistence agriculture, with provisions of food for town people. A new developmental paradigm is revealed through more sustainable and competent practices, coupled to activities that go beyond the current model. An ecologically sustainable level will be reached with great effort and partnership between the State and settlers. The latter will receive loans for the development of their activities, with the possibility of fixing the peasant on the areas.

KEY WORDS: Development; Sustainability; Bank credit.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade da Amazônia (UNAMA); Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais (UNAMA), Brasil. E-mail: jonesbarros1@hotmail.com

** Discente do Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea da FIBRA; Reitor do Seminário São João Maria Vianney, Xingú/Pará, Brasil

INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma das maiores diversidades biológicas do mundo, onde se encontram riquezas ainda não exploradas e muitas vezes não identificadas e nem qualificadas.

Os diversos ecossistemas são ricos em bases primárias de recursos naturais com potencial de uso econômico e social de extrema importância para as populações locais e para as suas regiões.

A diversidade de espécies de árvores frutíferas, madeiras nobres oleaginosas, os seringais, as castanheiras, os babaçus, os sorvais, entre outras formações de suma importância biológica, como os mangues, os lagos, rios e ecossistemas, especialmente as áreas inundáveis (várzeas, pantanal), caracterizam a especificidade e diversidade do bioma brasileiro que contribuem para a sobrevivência e qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Historicamente os recursos naturais vêm sendo explorados de forma incompatível com os princípios da conservação, ou não são explorados em função da não ocupação das áreas ou da falta de conhecimento, em alguns casos isolados são explorados racionalmente sob a orientação dos métodos disponibilizados pelos órgãos ambientais.

A partir da segunda metade do século XX, novas fronteiras econômicas foram abertas na Amazônia, voltadas, sobretudo para grandes projetos regionais de capital interno e externo, descaracterizando a vocação regional e criando novas posturas do homem frente à natureza (COSTA, 2006, p. 39).

No Estado do Pará as políticas governamentais estiveram e ainda estão profundamente ligadas às obras de infraestrutura e exploração de recursos naturais como construções de estradas, hidrovias e hidrelétricas e a instalação de mineradoras que constituíram o motor e a razão do povoamento do Pará (SAUER, 2005, p 51).

Historicamente, o Estado atua por meio de políticas governamentais para implementar um padrão de desenvolvimento ainda baseado na utilização de seus recursos naturais.

A forma de conceber o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é uma das razões para os conflitos agrários existentes no Estado até hoje, como é o caso da implantação dos PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) na

região de Anapu, Estado do Pará.

Neste caso os conflitos são conhecidos por muitos, especialmente por causa do assassinato da missionária Ir. Doroty Stang, em 2005. Percebe-se mesmo com o PDS implantado, até os dias de hoje, existem conflitos sérios na região que tem a forte atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em defesa dos agricultores e do modelo de desenvolvimento sustentável.

Diante das questões levantadas busca-se responder: o modelo de assentamento criado denominado de PDS, no município de Anapu - Estado do Pará, tem combinado desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos seus recursos naturais?

O presente trabalho tem como objetivo analisar se o PDS vem combinando suas práticas produtivas ao modelo de desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa que, em termos teóricos, envolve a discussão sobre desenvolvimento econômico e sustentável, o processo de desenvolvimento no Brasil e em especial na Amazônia bem como sobre o PDS.

A metodologia utilizada no estudo se dá por meio de busca de artigos, livros, trabalhos acadêmicos sobre as discussões propostas. As informações referentes ao PDS, no município de Anapu- Pará, resultaram das observações do autor durante o tempo que viveu e conviveu como missionário naquela região, em especial, no PDS Esperança,

O artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira a introdução, a qual traz a justificativa, o contexto da problemática, o objetivo a ser alcançado e a metodologia; a segunda trata sobre desenvolvimento econômico e sustentável; a terceira analisa o desenvolvimento regional no Brasil e na Amazônia; a quarta analisa o Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu/Pará; além das considerações finais, na quinta seção.

2 DO DESENVOLVIMENTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate em torno do desenvolvimento ainda é bastante amplo e necessário, em virtude das relações estabelecidas quer seja pelo setor produtivo na geração de bens de consumo ou pela ação humana decorrente de sua prática diária.

Em todo o mundo este debate floresceu principalmente a partir da década de 90, com as críticas ao modelo de desenvolvimento empreendido pelas grandes nações que privilegiam o crescimento econômico e o surgimento do debate em torno do desenvolvimento sustentável, com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade (OLIVEIRA, 2002)

Segundo Veiga (2005, p. 17-18), o “debate em torno do desenvolvimento precisa ser analisado a partir de três correntes”. A primeira corrente seria a dos fundamentalistas. Nesse entendimento, o desenvolvimento teria o mesmo significado de crescimento econômico, o qual apesar das críticas a este modelo ainda é bastante presente.

A segunda corrente seria que nega a existência do desenvolvimento, tratando-o como um mito. Aos pensadores que partilham essa ideia deu-se o nome de pós-modernistas. Para o grupo, a noção de desenvolvimento sustentável em nada altera a visão de desenvolvimento econômico, sendo elas o mesmo mito (GUIMARÃES; SALVIANI, 2014).

Pensadores como Celso Furtado defendem esta ideia, pois o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea em todos os lugares, em especial nas regiões periféricas, que continuam dependentes das grandes nações.

De acordo com Veiga o terceiro e mais complexo entendimento ganha força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, obtendo maior consistência nas palavras de Amartya Sen, em 1996 e 1997, com a noção de desenvolvimento como liberdade de modo que só poderia ocorrer se fossem garantidos os seus direitos individuais a todas as pessoas, que efetivariam a sua liberdade.

As ideias de Sen vão de encontro ao modelo clássico que define desenvolvimento com resultado do crescimento econômico e que é representado pelo PIB.

Assim, liberdade em nenhum momento poderia se restringir e ser entendida como renda *per capita*, devendo abranger questões culturais, sociais, entre outras

(VEIGA, 2005, p. 33-34). Essa é a noção que mais se aproxima das discussões atuais sobre o desenvolvimento sustentável, tendo grande importância nesse processo de transformação.

Sem (2000), em seu “Desenvolvimento como liberdade é mais crítico ao modelo de desenvolvimento e diz que esse é uma ‘política cruel’” que segundo ele “tal modelo tende a esgotar os recursos naturais”. Para o autor, este modelo predatório de política desenvolvimentista só aumenta a desigualdade e, em nada contribui para um verdadeiro crescimento, onde a dimensão sociocultural é fundamental levando-se em conta os valores.

A ONU conceitua desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991).

O conceito ou modelo de desenvolvimento sustentável, contudo, é passível de muitas críticas. Segundo alguns autores, dentre eles Fernandes (2003), o atual modelo “acaba por obscurecer” o verdadeiro debate que não se resume apenas ao ambiental.

É fato que para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento sustentável tem que haver planejamento e o mesmo deverá passar a ser visto não mais como um discurso ideológico (FERNANDES, 2003)

Almeida (2007, p. 129) considera que a debate em torno do desenvolvimento sustentável requer subverter a ordem estabelecida ao sacudir conceitos e práticas arraigados, que há muito foram reproduzidos e adotados como racional.

O grande desafio do século XXI é exatamente conciliar sustentabilidade com desenvolvimento, nesta ocasião já entendido, não somente no sentido econômico, mas que seja incluyente (SACHS, 2004), pelo bem-estar do homem, que seja duradouro, sem destruir as características naturais (MINICHIELLO; RIBEIRO, 2014).

Neste sentido o Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu – Pará é também um desafio, pois implica em subverter a ordem estabelecida há décadas, pelo modelo de desenvolvimento excludente (SACHS, 2004), que ainda predomina na região Amazônia. Por fim, a premissa, desenvolvimento sustentável é nova e vai gerar muitas discussões por parte dos defensores e dos críticos.

3 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Ao analisar-se a história do planejamento regional no Brasil constata-se que sempre esteve associada aos interesses de grupos econômicos e políticos. Ressalte-se que o planejamento regional tem como premissa os interesses individuais sobre os coletivos.

É importante lembrar que tal modelo de desenvolvimento sempre foi reforçado pelo próprio Estado, a partir de suas políticas de investimento e orçamento, fator que há muito tem contribuído para as desigualdades regionais, econômicas e sociais (IANNI, 2004), ao mesmo tempo em que se contribui para a concentração de riqueza e crescimento nas áreas de seu interesse.

Diniz e Lemos (2005) enfatiza que o paradigma do desenvolvimento desigual precisa ser banido das relações sociais, cuja concepção centro-periferia serve apenas para fortalecer o capitalismo e acirrar as diferenças sociais e regionais. Essas diferenças são reforçadas pela falta de reconhecimento das especificidades regionais e por desrespeito ao modo de vida e ao espaço regional.

A Amazônia, em especial, historicamente, passou por várias políticas de indução do crescimento, mas que nem sempre promoveram desenvolvimento.

De acordo com os estudos de Buarque, Lopes e Rosa (1995), até o final da década dos 60, o comportamento econômico e espacial da Região Norte acompanhou as diferentes flutuações do ciclo da borracha, principal fator da dinamização e atração populacional.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a região experimentou o último estágio da expansão cíclica do látex e da borracha, voltada fundamentalmente para a exportação aos países aliados. O ciclo da borracha se esgotou definitivamente ao final da guerra, depois da reanimação decorrente do conflito pelo controle estratégico da produção mundial do látex.

Passada a fase especial, influenciada pela guerra, a economia regional sofreu uma prolongada estagnação e relativo isolamento econômico, como consequência direta da reorganização do mercado internacional do látex, marcada pelo acirramento da concorrência dos países asiáticos e pela mudança tecnológica na industrialização mundial, destacadamente o desenvolvimento de substitutos da borracha natural.

Apesar da expansão geral da demanda, decorrente do desenvolvimento significativo da indústria automobilística mundial, a Amazônia não teve condições tecnológicas e locais para acompanhar a concorrência.

Segundo Buarque (1989, apud BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 97), a redescoberta da fronteira norte só ocorreu no terreno político e, principalmente, econômico a partir do final da década dos anos 50, quando o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek se assemelha às preocupações geopolíticas das elites militares, em ocupar o interior do país. Isso se traduziu na construção de Brasília e na abertura das frentes rodoviárias, dentre as quais se destaca a Belém-Brasília.

A concepção geopolítica dos governos militares desembocou num ambicioso projeto de ocupação da fronteira de recursos naturais e de consolidação da presença brasileira no extremo norte do país. Para executá-lo, procurou-se recuperar e ampliar antigas iniciativas e instrumentos de política de desenvolvimento da Amazônia, já parcialmente definidos e implementados desde o governo Getúlio Vargas, com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

As diferentes frentes de ocupação econômica e humana da Região Norte partiram de duas motivações diversas, mas complementares:

- interesse geopolítico de controle e domínio nacional das extensas fronteiras e das riquezas regionais;
- atratividade e potencial econômico dos recursos naturais.

Esses motivos serviram de justificativa para o governo brasileiro empreender na região um ambicioso processo de ocupação do território amazônico, cujo interesse maior era a exploração dos seus recursos naturais.

Nas décadas de 1950 a 1980, a região passou por várias tentativas de indução de ocupação e desenvolvimento econômico regional, quase sempre sem grandes êxitos.

Buarque, Lopes e Rosa (1995) afirmam que a intervenção pública estruturada e abrangente na região amazônica se iniciou, efetivamente, no final do primeiro governo Vargas. A região ganhou um corpo institucional e formal logo após a Segunda Guerra Mundial, com a constituição de 1945, que definiu o SPVEA, correspon-

dente a 3% das rendas tributárias da União, Estados e municípios, para ser investidos na região.

Na virada da década de 60, foram criados os instrumentos de implantação da zona franca de Manaus e ampliados, para região, os mecanismos e incentivos fiscais e financeiros já existentes no nordeste. Surgiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da redefinição da SPVEA, e foi criado o Banco da Amazônia S/A. (Basa), ambos calçados na experiência do nordeste, que passaram a gerenciar os incentivos fiscais e financeiros, mais tarde, traduzidos no Finam.

No início da década de 70, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), por meio do qual surgiu o primeiro programa de crédito formalmente conduzido pelo governo, o Programa de Redistribuição de Terras e Agroindústria do Norte. (Proterra)

No período de 1975-87, o governo criou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), com recursos elevados e investimentos em infraestrutura básica para 15 polos de crescimento.

Os resultados do Polamazônia não foram expressivos, apesar de terem criado uma infraestrutura que promoveu a integração regional do norte as demais regiões do Brasil, com a abertura de rodovias. O programa não conteve os conflitos agrários e ambientais que ainda marcam a região.

A partir da década de 80, a região recebeu novos investimentos para a criação de grandes projetos, especialmente na área da mineração, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC), que demandou uma infraestrutura para sua implantação e novamente causou sérios problemas de ordem social e ambiental.

De acordo com os estudos de Buarque, Lopes e Rosa (1995), o PIN e o Polamazônia criaram as bases para redefinição do espaço regional. Em grande medida, a integração fragmentada da Região Norte resultou dos investimentos realizados nessa época, diferenciando o processo de ocupação regional, criando os grandes eixos de crescimento.

A Federação assumiu, assim (com o apoio decisivo dos militares), responsabilidade pela implantação de atividades econômicas e de populações nos mais isolados e distantes pontos do país, para dominar o espaço nacional e criar pontos avançados de controle do território.

Considerando que os governos estaduais eram incapazes de administrar e promover o desenvolvimento e a ocupação econômica dos amplos territórios, o governo federal criou instrumentos gerenciais próprios e diretos de intervenção. No entanto, essa intervenção direta da União nos territórios estaduais, possível apenas pela extrema centralizada política do país, acelerou a intervenção fragmentada do espaço regional.

De acordo com Varela (2001), em que pese seu insignificante efeito sobre a produtividade agrícola regional, os investimentos diretos realizados pelo governo e os induzidos pela iniciativa privada possibilitaram crescimento horizontal da economia regional. No entanto, este crescimento não foi acompanhado de um desenvolvimento com oferta de emprego, renda e equidade social, nem possibilitou a região tornar-se competitiva com relação às demais. Permaneceram as disparidades existentes, bem como o modelo de desenvolvimento que priorizaria por décadas o crescimento econômico.

No século XXI os desafios para a inserção do modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil são grandiosos conforme observados por Garcia e Vieira Filho (2014), especialmente, no que se refere à atividade agropecuária, o país criou vários programas e ações para adequar a atividade ao desafio posto pelo Paradigma do Desenvolvimento Sustentável, por exemplo: i) agroenergia; ii) produção integrada à agropecuária; iii) orgânicos; iv) integração, lavoura, pecuária e floresta; v) conservação do solo e da água; vi) plantio direto na palha; vii) recuperação de áreas degradadas; viii) registro de indicação geográfica da produção; ix) florestas plantadas; e x) tecnologia agropecuária. Contudo, de acordo com os autores ainda é recente a avaliação dos resultados (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014, p. 26).

Observa-se que as ações para a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil, aos poucos vão se tornando uma realidade, mas requer o envolvimento de todos (Estado, sociedade civil organizada e o setor produtivo) para que em médio prazo possa reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico (LOUREIRO; VALLE PEREIRA; PACHECO JÚNIOR, 2014).

A criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, objeto de estudo deste artigo, pode contribuir com estudos sobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação de recursos naturais, na Amazônia Paraense.

4 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANAPU: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

O município de Anapu localiza-se no sudoeste paraense, microrregião de Altamira. De acordo com dados do censo (IBGE, 2010) sua população é de 20.543, sendo que 9.833, cerca de 47,83 % vivem na cidade e 10.710(52,13%) no meio rural. O município surgiu em 1972, como resultado da construção da rodovia Transamazônica - BR 230, tendo sua colonização realizada pelo Incra, consolidada apenas na faixa da rodovia, com famílias nordestinas que desenvolveram como sua principal atividade econômica o monocultivo da cultura de subsistência, usando o tradicional e conhecido método de corte e queima da floresta.

Guzzo (2009) faz uma apresentação bem detalhada de como se deu o desenvolvimento da região de Anapu. Para a autora, enquanto as famílias viviam com pouco ou sem recurso por parte dos governos, o Incra:

alienava com contratos grandes áreas de florestas, em lotes de 3.000 hectares para fazendeiros das regiões sul e sudeste, com o objetivo de transformá-los em lotes produtivos com a implantação de pastagens. A maioria destes fazendeiros não cumpriu o referido contrato passando esses lotes novamente para a tutela do INCRA, que posteriormente foram sendo ocupados espontaneamente por famílias chegadas de várias regiões brasileiras e filhos dos primeiros colonos da antiga colonização (GUZZO 2009, p. 37).

A situação agrava-se com a liberação de linha de crédito agropecuário liberado pela Sudam que atraiu, ainda mais, grandes fazendeiros para a região destinados a transformar a região em um grande polo agropecuário. De acordo com a autora, instalaram-se na região de Anapu 15 grande serrarias provenientes do sul do Estado e fixaram-se em busca de florestas para continuarem no ramo, o que foi causa de conflitos na região (GUZZO, 2009).

É evidente a tradicional forma de indução e intervenção pública de desenvolvimento na Amazônia, ainda em pleno século XXI, a qual de acordo com Buarque, Lopes e Rosa (1995) se iniciou, efetivamente, no final do primeiro governo Vargas.

A proposta para criação de áreas de reservas extrativistas surge exatamente neste contexto, apresentado aos órgãos competentes, pelos movimentos sociais do

município em 1995. Tal proposta tem como objetivo reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico (LOUREIRO; VALLE PEREIRA; PACHECO JÚNIOR, 2014), com a adoção de um modelo que seja capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

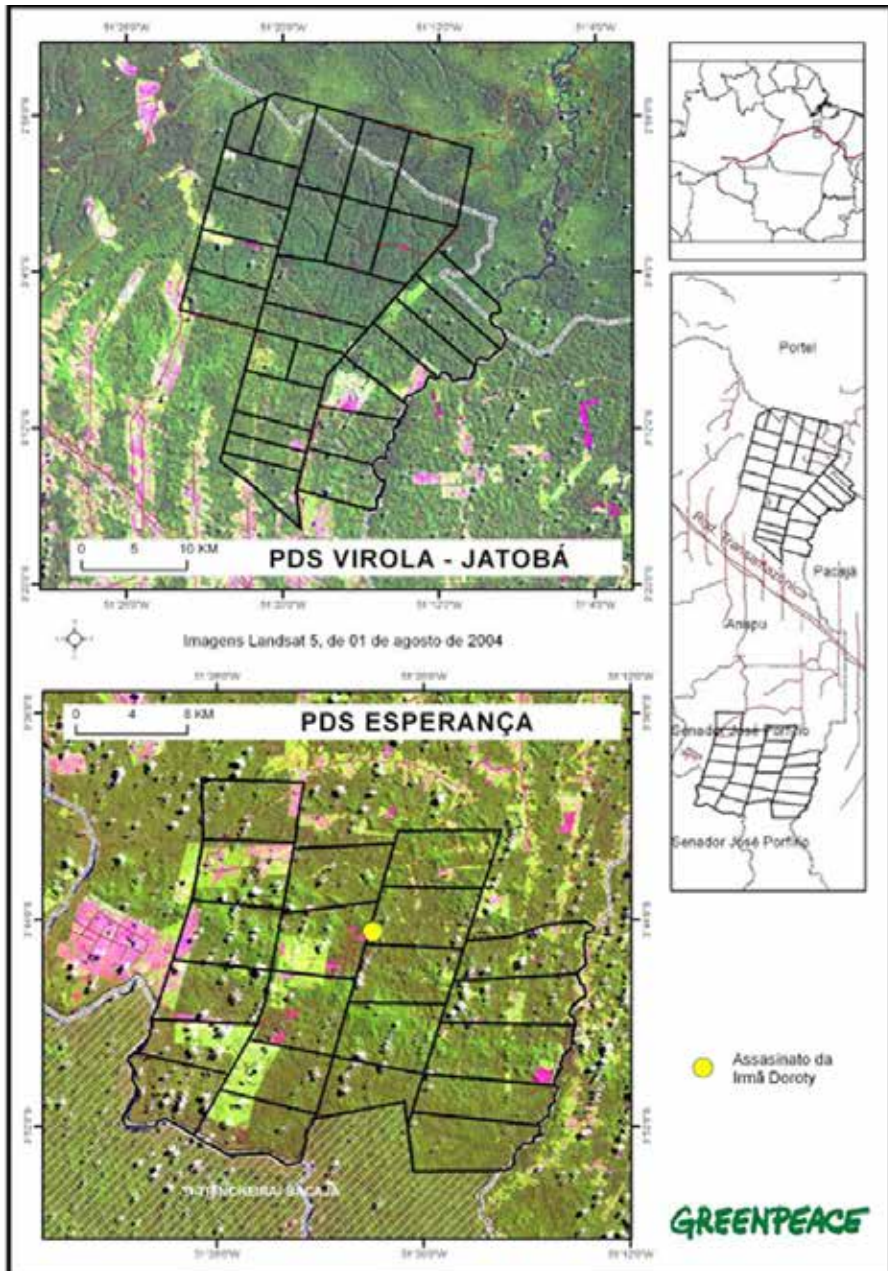
Inicialmente incluíam cerca de 44 lotes e mais de 3.000 hectares de terra da União destinadas à reforma agrária. A proposta é bastante discutida com os órgãos competentes Incra, Ibama, CNS e CNPT, que decidem por implantar na região um novo modelo de desenvolvimento sustentável, o PDS, iniciativa que é de baixo impacto ambiental, e assim descreve Guzzo:

Esse modelo teria que ser de interesse social e ecológico, destinada a população que basearia sua subsistência no extrativismo, na agricultura assentamento rural, proposta para a região amazônica. Nestas áreas são assentadas famílias beneficiadas pela reforma agrária, que passam a constar da RB (Relação de Beneficiários), e com isto gozaram de todos os direitos do uso fruto destas áreas (GUZZO, 2009, p. 38).

No município de Anapu foram criados quatro PDS's - Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis, por meio da portaria do Incra nº 39 de 13 de novembro de 2002 e publicado no DOU (Diário Oficial da União) no dia 06 de dezembro do mesmo ano.

De acordo com esta portaria os PDS's I e II localizados na gleba Bacajá foram denominados de PDS Esperança, com uma área de 32.955,55 hectares e os PDS's III e IV localizados na gleba Belo Monte foram denominados de PDS Virola Jatobá, com área de 29.334,66 hectares. Os quatro PDS's têm capacidade para assentar inicialmente 600 famílias.

A Figura 1 mostra o mapa dos PDS's implantados no município de Anapu-Pará.



Fonte: CPT Anapu (2012)

Os PDS's constituíram uma nova modalidade de assentamento rural. Os critérios que distinguem o PDS dos demais assentamentos rurais tradicionais é que estes são regulados por "conjunto de normas, regras e diretrizes, formada num Plano de Utilização – PU" (GUZZO, 2009, p. 38). Esse documento é a carta máxima que rege todas as ações referentes ao desenvolvimento do assentamento modelo PDS.

Uma das lideranças mais atuantes do município de Anapu foi a irmã Dorothy Stang, americana naturalizada brasileira, 73 anos. Trabalhava no Pará desde 1966 e era reconhecida como defensora das causas ambientais, agrárias e de direitos humanos, que na região enfrentava a oposição de fazendeiros e madeireiros.

Ainda hoje, os principais desafios continuam sendo os madeireiros e grileiros invasores das terras que são do PDS, mas não têm sido ocupados porque são da reserva legal ou porque ainda estão na justiça para ser decretada propriedade do PDS, mesmo assim tem registro ilegal de pessoas na área.

Outro desafio é a lentidão nos órgãos do judiciário. Vários lotes foram julgados para reforma agrária, houve emissão de posse, mas a justiça ainda não os reintegrou, continuando as atividades da pecuária.

A realidade vivenciada nos PDS's não é mais crítica pela parceira estabelecida com alguns órgãos públicos, os quais têm contribuído na sua implementação tais como: Inbra, Ibama, e Instituto Florestal Tropical e Serviço Florestal Brasileiro.

De acordo com STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu, a concessão de créditos (apoio fomento, crédito habitacional, Pronaf e crédito mulher), para os assentados serve de apoio e estímulo para que as famílias possam se fixar e desenvolver suas atividades. Contudo, muitos reclamam em virtude dos valores oferecidos para esse modelo de assentamento ser baixo, quando comparados aos créditos liberados para outros projetos, a exemplo dos financiados pela Sudam na região de Anapu.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo PDS combinado de atividades produtivas aliadas à conservação dos seus recursos naturais constitui-se um dos maiores desafios para os assentados. A região é muito cobiçada por madeireiros que ainda tentam tirar madeira ilegalmente, sendo comum a grilagem.

Observa-se que o desafio do PDS converge com o do século XXI que é exatamente conciliar sustentabilidade com desenvolvimento nesta ocasião já entendido,

não somente no sentido econômico, mas que seja incluyente (SACHS, 2004), pelo de bem-estar do homem e que seja duradouro, sem destruir as características naturais (MINICHELLO; RIBEIRO, 2014).

Os assentados convivem ainda com a resistência pela parte de muitos moradores que não concordam com o modelo do projeto e que são influenciados pelos madeireiros a venderem as madeiras que existem em suas terras.

Tal prática é reforçada pelas ideias de Almeida (2007, p. 129) ao considerar que o debate em torno do desenvolvimento sustentável requer subverter a ordem estabelecida ao sacudir conceitos e práticas arraigados, que há muito foram reproduzidos e adotados como racional.

A exigência dos órgãos públicos para concessão de financiamento para os assentados nos PDS's é que seja elaborado o PDA, o qual deve ser elaborado pelos moradores, assessorados por técnicos do Incra. O PDA deve dar maior ênfase possível à questão ambiental, pois na modalidade de PDS este aspecto jamais poderá ser negligenciado. Todas as etapas devem contar com a participação dos órgãos e entidades ambientais. Assim, com os trabalhadores organizados e coerentes em suas propostas, os pequenos agricultores dos PDS's poderão usufruir dos benefícios dos diversos tipos de créditos a eles destinados, possibilitando-os um desenvolvimento como liberdade, o qual de acordo com Sem (2000) só poderia ocorrer se fossem garantidos os seus direitos individuais a todas as pessoas, que efetivariam a sua liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de criação dos PDS's tem como objetivo reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico, com a adoção de um modelo que seja capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

Um dos problemas vivenciados pelos assentados no PDS Esperança diz respeito à insegurança jurídica, mencionado como lentidão dos órgãos do judiciário, uma vez que vários lotes foram julgados para reforma agrária, houve emissão de posse, mas a justiça ainda não os reintegrou, continuando as atividades da pecuária,

questão esta que pode causar conflitos na região.

A criação dos PDS Esperança em Anapu é uma mudança de prática, de paradigma, cujos conflitos não estão relacionados apenas com o fator preservação, mas com o fim do lucro fácil e abundante que eram obtidos com a exploração desenfreada dos recursos naturais por pequenos grupos, isto porque o trabalho no assentamento PDS Esperança é realizado em harmonia com a natureza e evidentemente a margem de lucro é baixa em comparação às atividades predatórias.

No que se refere à questão que se propôs responder: o modelo de assentamento criado denominado de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), no município de Anapu, Estado do Pará, tem combinado desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos seus recursos naturais?

O PDS constitui sem dúvida uma alternativa ao desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia, no entanto por se tratar de uma ruptura com práticas há muito justificadas como racionais, as transformações demandarão certo tempo para serem incorporadas no cotidiano dos agricultores, especialmente os mais resistentes. Outro aspecto que será de fundamental importância é o apoio do Estado por meio de financiamento e qualificação técnica a fim de preparem a comunidade para este novo tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BANDEIRA, P. S. **As mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional**: considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais. 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BUARQUE, S. C.; LOPES, A.D.; ROSA, T.C. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. In: **DESIGUALDADES regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum. Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FERNANDES, M. **Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito**. Belém: AUA, 2003.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável**. [s.l.; s.n.], 2014.

GUIMARÃES, M. T.; SALVIANI, R. Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional. **Anuário Antropológico**, n. I, p. 263-266, 2014.

GUZZO, M. R. S. **Irmã Dorothy Stang: a mártir do PDS**. Anapu: [s.n.], 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOUREIRO, S. M.; VALLE PEREIRA, V. L. D.; PACHECO JÚNIOR, W. Novo perfil de formação para os (as) engenheiros (as) por meio da incorporação das competências para o desenvolvimento sustentável no ensino de engenharia. **Interciência**, v. 39, n. 11, p. 821-828, 2014.

MINICHELLO, A. L. O.; RIBEIRO, M. F. O Município brasileiro e a proteção ao meio ambiente no desenvolvimento econômico sustentável à luz do estatuto da cidade. **Hiléia**, n. 19, 2014.

NEVES, L. S.; KLEINMAYER, L. A. M.; TOCACH, R. A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. [s.l.; s.n.], 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. **Domus Online**, v. 1, n. 1, 2004.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. [s.l.; s.n.], 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

VARELA, B. L. **Análise da eficiência econômica do FNO sobre a agropecuária do Estado do Pará – 1989/1999**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, AM.

VEIGA, J. E. **O prelúdio do desenvolvimento sustentável**. [s.l.; s.n.], 2005.

Recebido em: 31 de março de 2015

Aceito em: 20 de janeiro de 2017